



AS BATALHAS DAS ÁRVORES: UMA GEOGRAFIA PARA SE PENSAR AS LUTAS DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL¹

José Sobreiro Filho¹ - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4323-1314>
Bruna Gonçalves Costa² - Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3313-7639>

¹ Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil²

² Universidade Estadual Paulista (Unesp), São Paulo, SP, Brasil³

Artigo recebido em 29/10/2023 e aceito em 14/12/2023

RESUMO

O texto aborda a luta dos povos das florestas contra a exploração e a degradação de seus territórios, destacando a necessidade de reconhecimento de suas culturas, conhecimentos e direitos. Enfatiza a resistência desses povos diante de políticas anti-indígenas e apropriação capitalista da natureza. As iniciativas globais e nacionais de justiça ambiental e mudanças climáticas ainda não abordam adequadamente as demandas e perspectivas indígenas. A metáfora das árvores representa a união e a diversidade dos povos das florestas, cujas ações são fundamentais para a preservação da floresta e para alimentar as necessidades da sociedade. A batalha das árvores é uma luta contra o etno-racismo colonial, a invisibilidade e o desinteresse das pautas indígenas. A subversão das relações guiadas pelo interesse econômico permite que os povos indígenas amplifiquem sua luta e participem na elaboração de políticas. O território e a resistência dos povos indígenas são fundamentais para romper com o monopólio da concepção de território do Estado e do capitalismo globalizado. A pesquisa aborda a importância de compreender a política contenciosa dos povos indígenas no Brasil, destacando a análise das ações e resistências durante o governo Bolsonaro, a partir dos dados do DATALUTA Floresta, da valorização das inteligências indígenas e com reflexões da natureza geográfica desses sujeitos em luta.

Palavras-chave: decolonialidade; DATALUTA Floresta; inteligências indígenas; territórios.

¹Este artigo é uma pesquisa que reconhece como principais referências os autores indígenas e os notórios saberes dos povos originários.

²Professor do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB), Prof. permanente do Programa de Pós-graduação em Geografia da UnB, Prof. permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais da UNESP. Coordenador do Grupo de Estudos de Ações Coletivas, Conflitualidades e Territórios (GEACT) e vice-coordenador geral da Rede DATALUTA - Rede Brasileira de Pesquisas das Lutas por Espaços e Territórios. E-mail: jebgeo@unb.br

³Mestranda em Geografia na Unesp - Presidente Prudente. Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Integrante do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária (NERA) e do Grupo de Estudos de Ações Coletivas, Conflitualidades e Territórios (GEACT). Coordenadora do espaço DATALUTA Floresta, da Rede DATALUTA - Rede Brasileira de Pesquisas das Lutas por Espaços e Territórios. E-mail: bruna.g.costa@unesp.br

THE BATTLES OF THE TREES: A GEOGRAPHY TO THINK ABOUT THE STRUGGLES OF INDIGENOUS PEOPLES IN BRAZIL

ABSTRACT

The text addresses the struggle of forest people against the exploitation and degradation of their territories, highlighting the need for recognition of their cultures, knowledge and rights. It emphasizes the resistance of these peoples to anti-indigenous policies and capitalist appropriation of nature. Global and national environmental justice and climate change initiatives do not yet adequately address indigenous demands and perspectives. The metaphor of trees represents the unity and diversity of forest peoples, whose actions are critical to preserving the forest and feeding the needs of society. The battle of the trees is about fighting against colonial racism and making indigenous people invisible and unimportant. Relations guided by economic interest are subverted, allowing indigenous peoples to amplify their struggle and participate in politics. The territory and the resistance of indigenous peoples are fundamental to break with the monopoly of the State and globalized capitalism's conception of territory. The research addresses the significance of comprehending the contentious politics of indigenous peoples in Brazil, highlighting the analysis of actions and resistance during the Bolsonaro government, utilizing data from DATALUTA Forest. It also highlights the valorization of indigenous intelligence, and reflects on the geographical nature of these subjects in struggle.

Keywords: decoloniality; DATALUTA Forest; indigenous intelligences; territories.

LAS BATALLAS DE LOS ÁRBOLES: UNA GEOGRAFÍA PARA PENSAR LAS LUCHAS DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS EN BRASIL

RESUMEN

El texto aborda la lucha de los pueblos de los bosques contra la explotación y degradación de sus territorios, destacando la necesidad de que se reconozcan sus culturas, conocimientos y derechos. Destaca la resistencia de estos pueblos frente a las políticas antiindígenas y la apropiación capitalista de la naturaleza. Las iniciativas mundiales y nacionales en materia de justicia medioambiental y cambio climático siguen sin abordar adecuadamente las demandas y perspectivas indígenas. La metáfora de los árboles representa la unidad y diversidad de los pueblos del bosque, cuyas acciones son fundamentales para preservar el bosque y alimentar las necesidades de la sociedad. La batalla de los árboles es una lucha contra el etno-racismo colonial, la invisibilidad y la falta de interés por las agendas indígenas. La subversión de las relaciones guiadas por intereses económicos permite a los pueblos indígenas amplificar su lucha y participar en la elaboración de políticas. El territorio y la resistencia de los pueblos indígenas son fundamentales para romper con el monopolio del Estado y la concepción de territorio del capitalismo globalizado. La investigación aborda la importancia de comprender la política contenciosa de los pueblos indígenas en Brasil, destacando el análisis de las acciones y resistencias durante el gobierno Bolsonaro, a partir de los datos de DATALUTA Bosques, la valoración de las inteligencias indígenas y con reflexiones sobre la naturaleza geográfica de estos sujetos en lucha.

Palabras clave: decolonialidad; DATALUTA Bosques; inteligencias indígenas; territorios.

INTRODUÇÃO

À medida que a natureza torna-se recurso, reserva, investimento ou mercadoria pelos sujeitos hegemônicos, os povos das florestas são cada vez mais obrigados a pautar o óbvio, mas dialogando com uma razão territorial relevante a este tempo histórico por ser imbuída do fito de coibir a territorialização espoliadora (HARVEY, 2014). Não por vontade, mas em virtude da necessidade imposta, sobretudo e com maior urgência, pela insurreição contemporânea de uma política facínora, anti-indígena, declarada e planejada.

As iniciativas, assim como as campanhas nacionais e globais com o foco em justiça ambiental, mudanças climáticas, aquecimento global etc., especialmente aquelas arregimentadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) por meio de complexos roteiros de ações (ex. Agenda 2030), ainda seguem aquém das culturas e posturas políticas dos povos indígenas. Desde suas filosofias, eivadas de práxis, até o reconhecimento dos saberes, declarações e seus trabalhos, a mais triste evidência que resiste habitando este tempo histórico é uma realidade onde ouve-se tais vozes e, mesmo assim, opta-se pelo desprezo do direito político de inúmeros povos, especialmente por ter finalidades territoriais.

As conflitualidades acionadas e combinadas com as diferentes formas de agir dos movimentos socioterritoriais das florestas se revelam no campo metafórico como se cada povo fosse uma árvore. Seus galhos, elemento comum, seriam ações matrizes onde diferentes folhas nasceriam, sendo elas as ações derivadas. Elas comungam do mesmo galho, se dedicam à mesma sombra e compartilham da mesma água, embora ainda guardem especificidades. Seus frutos representariam seus temas, sendo eles diversos, comuns ou singulares, mas dedicados a alimentar as necessidades das sociedades. A altura de cada galho representaria a escala; a temporalidade seria figurada pelo diâmetro do tronco e pela casca; o caule, representaria a ação que põe todos os sujeitos em movimento, mas enraizados com suas culturas e classes em busca, ou em seus territórios, demarcados pela extensão de suas raízes e copa. Assim como as raízes superficiais e horizontais da Amazônia ou as profundas do Cerrado se comunicam, elas também conversam em diferentes sotaques e idiomas para trocar suas experiências contenciosas. São mais fortes e garantem que certos processos e trocas aconteçam enquanto a floresta se mantém unida e em pé, só através da floresta em pé que se é possível ganhar escala de chuva da mesma forma como realizar o acampamento Terra Livre em Brasília anualmente ou compor uma leitura na escala nacional. As florestas em movimento asseguram uma sucessão ecológica das árvores que lutam, mantendo a carga genética e ensinando gerações que uma árvore depende da outra da mesma forma como a sociedade depende de todas. Algumas árvores nascem nas ruas, nas calçadas, nos quintais ou nas frestas dos espaços urbanos,

mesmo que às vezes tenham feição aparentemente fragmentária, pode-se dizer que contribuem com a dinâmica atmosférica para aqueles que não sabem reconhecer a relevância de uma boa sombra e a força da natureza muito além da floresta. Juntas formam florestas políticas, sendo algumas delas dotadas de especificidades de seus biomas e regionalidades. Desmatar é desflorestar a política, ou seja, em outras palavras seria empobrecer a política feita pelos povos das florestas e, especialmente, seu caráter contencioso.

A ciência decolonial comemora ainda ser tempo oportuno de aprender e buscar entender o “estado da arte” da política contenciosa dos povos das florestas, realizar ao lado das árvores. A natureza do conflito que os envolvem, em geral, expressam o processo dialético e a relação territorial do capitalismo que ao passo em que visa explorar, aniquilar e desterritorializar os sujeitos das florestas, também os colocam diante de situações em que eles passam a organizar e agenciar interesse de certos agentes globais, inclusive capitalistas-liberais interessados em mercados com pautas ambientais, assim como a criação de políticas públicas comprometidas com interesses neoliberais. Embora com feições de monólogo, é no diálogo com as concepções limitadas que se entende a apropriação de algumas contradições do capitalismo pelos povos indígenas com o fito de amplificar a sua luta e elaborar um modelo lógico espaço-temporal complexo para racionalizar suas respectivas ações, o que significa dizer que ao colocar certos interesses em xeque, estes sujeitos deixam de ser ignorados.

A batalha das árvores é protagonizada por sujeitos vitimados pelo etno-racismo colonial que o tratam como coadjuvantes ou figurantes, dotada de invisibilidades socialmente normalizadas. Diante do profundo desinteresse da lógica hegemônica por suas pautas, a batalha das árvores também se trata da subversão, referindo-se a um conjunto de direitos que precisam convocar a materialidade e os riscos acerca da continuidade da acumulação, bem como outros possíveis negócios e mercados monopolistas. É através da subversão das relações guiadas pelo interesse que os valores de uma sociedade patrimonialista, fetichista, exploradora e o seu pavor em perder a qualidade de vida e a possibilidade de assegurar os interesses de suas futuras gerações que uma força complexa emerge podendo ser parcialmente apropriada pelos povos das florestas.

Isso não significa dizer que há uma evidente indissociabilidade de suas existências por meio de uma vasta diversidade de ações baseadas em formas categóricas e imediatas. Sua imprescindibilidade territorial não é apenas necessidade momentânea, pois ao mesmo tempo vai muito mais além do que a velha e pertinente crítica histórica. Trata-se de uma oportunidade política, cosmológica, epistêmica, de classes e, dentre outras, decolonial ainda possível para diferentes formações socioespaciais e

socioterritoriais. Em outras palavras, é a brecha para a compreensão do processo sobre como transformamos a indissociabilidade em uma simples batalha das árvores, em que, somente quando os “recursos” são convocados, vemos uma sociedade mais comprometida em obtê-los ou não perdê-los do que interessada nas vidas dos povos das florestas. A comoção torna-se uma possibilidade mediante a perda material.

É da realidade que parte o debate do território, mas não de qualquer uma. Ela vem, sobretudo, das árvores em territórios sob ataque, ou seja, aqueles vistos e narrados pelo capitalismo colonial como desinteressantes, degenerados e indomáveis à moral neoliberal, pois para eles é infinitamente mais fácil explicar o território no plano do cotidiano e para assegurar relações imediatas. São suas ações que rompem com o monopólio da concepção de território nas mãos de um Estado capturado pela ordem capitalista globalizada. Efetivamente, dizem não ao capitalismo, criam fronteiras para os seus interesses e relações. A outra forma de se produzir espaço parte dos sujeitos territorialmente organizados dizendo não a ambição, a acumulação e a espoliação.

Comprometidos com o objetivo de mostrar parte do estado da arte da política contenciosa dos povos das florestas no Brasil, buscamos, através da análise do DATALUTA - Banco de Dados das Lutas por Espaço e Territórios, avançar com a leitura da real conjuntura das ofensivas e resistências, sobretudo indígenas, durante os anos 2020-2021 do governo Bolsonaro. Baseando-nos na efetiva análise das ações em escala nacional, nos ativemos ao trato reflexivo sobre pontos ainda pouco privilegiados pela geografia brasileira. Tomamos e retomamos a compreensão da decolonialidade dos povos indígenas e de seus territórios no Brasil buscando valorizar suas especificidades por meio da aproximação com a filosofia indígena brasileira. Além da organização do movimento, compreender a relevância do intelectualismo indígena contribui para uma epistemologia comprometida com os sujeitos. Por fim, nos dedicamos ao entendimento da natureza geográfica dos sujeitos que lutam por meio da análise e reflexão conceitual sobre suas ações.

Presságio ancestral e a natureza geográfica do conflito indígena: a conflitualidade, a disputa territorial e a (de)colonialidade

A contribuição geográfica de Fernandes (2009) para o entendimento da questão agrária resultou em uma relevante leitura estrutural sobre as contradições impostas pelos distintos modos de produção e desenvolvimento territorial no campo. Denominada conflitualidade, figurou um produto das correlações geográficas de forças promovidas entre as distintas classes e sujeitos, e que deve ser analisada aos

auspícios da multiescalaridade, multidimensionalidade e de uma complexa tipologia de territórios. Trata-se de uma leitura crítica sobre a conflitualidade enquanto um processo analisado por uma Geografia que soube dialogar com a economia política e outras áreas do conhecimento para verificar a pertinência da luta de classes e os conflitos que permeiam diferentes grupos no espaço geográfico.

Embora este debate tenha sido originalmente uma contribuição para o entendimento das dinâmicas territoriais das classes no campo, acreditamos ser possível atribuir mais léxicos e méritos ao trazer a questão colonial como um dos pilares da conflitualidade experienciada também por outra condição estrutural. Esse fato ainda afirma mais um ponto relevante: a conflitualidade produz expressões para grupos que compartilham experiências territoriais, sobretudo de caráter econômico, ambiental, cultural e político/cosmopolítico. Isso significa dizer que a forma de analisar os conflitos espaciais que atravessam a questão indígena, a questão agrária e tudo mais que toca o espaço geográfico não pode ser uma simples reprodução da colonialidade⁴. Assim, parte do nosso objetivo aqui é pensar, embora de maneira ainda incipiente, a conflitualidade indígena considerando sua condição econômica na sociedade do capital, mas sobretudo sua situação colonial na sociedade brasileira.

Mais do que olhar, ouvir e citar outros intelectuais da crítica à colonialidade é um bom caminho para compreendê-lo como um fenômeno, sobretudo, do sul global e de que pode ser teorizado desde este espaço. Para Fanon (2008), colonizado é "todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural". No contexto dos povos indígenas em atual território brasileiro, Gonzaga (2022) identifica semelhanças nas violências sofridas entre os grupos originários e aqueles que foram trazidos do continente africano ao serem subalternizados pela lógica colonizadora europeia e branca, que intrínseca à sua disputa pelo poder, iniciou os processos de genocídio, etnocídio e nomaticídio, experienciados até hoje pelos legados coloniais.

A condição colonial impõe objetivamente o território como uma questão central da mesma forma como a conflitualidade também é simultaneamente formada por esse processo de separação criado, sobretudo, por questões étnico-raciais e de gênero. Essas duas faces da mesma moeda comprovam que a colonialidade se trata objetivamente de uma questão territorial capaz de alterar sociedades complexas e suas "geografias", essa realidade pôde ser vista sob diferentes formas: formação do território colonial; desterritorializações e extermínio; luta pela retomada e/ou reterritorialização; invisibilização e desprezo pela vida etc. Isso quer dizer também que a colonialidade implica em uma vil tentativa de "desgeografização", eivada de negações categóricas-conceituais e operacionais-filosóficas-espirituais,

⁴ Sobre a crítica à colonialidade e a ciência ver Quijano (2005) e Grosfoguel (2016)

de alguns aspectos da realidade de determinados sujeitos socioespaciais que contraditória e paradoxalmente tornam suas trajetórias ainda mais “geográficas”, ou seja, as forças dominantes julgam e deliberam que certos grupos não foram avaliados como aptos ou iguais ao ponto de exercer certas relações espaciais, territoriais etc.: há uma violência geográfica vista, sobretudo, pelas lentes do território contra determinado povo. Essa tentativa pela despotencialização geográfica de certos seres evidencia o conflito como um atributo (SOBREIRO FILHO, 2016) que pode ou não ser acionado nas relações, mas que no sul global tomou, sobretudo, forma étnico-racial.

A colonialidade experienciada parece acompanhar o conflito porque, na verdade, o primeiro jamais se realizaria sem ele, pois é parte de sua essência, ou seja, a qualidade do conflito é acionada pelo elemento estrutural da colonialidade que institui oposições. Não é necessário dizer muito também, basta reconhecer que a colonialidade começou com o nascimento de territórios em diferentes pontos da América. Isso nos permite lembrar que a disputa territorial se aplicou de modo distinto para cada um dos sujeitos, sendo os povos indígenas as vítimas originárias do território desde de sua aplicação prática até as inúmeras reflexões teóricas, categóricas, conceituais etc.

Embora não tenhamos segurança ou exatidão sobre a origem das disputas territoriais e as especificidades do conflito no contexto que antecede ao que a colonialidade nos impôs como América pré-colombiana, não restam dúvidas e, tampouco, faz-se necessária uma arqueologia do conflito para se reconhecer que, de um lado, os povos indígenas foram partícipes e pioneiros deste processo, e, do outro, iniciado com a efetiva invasão colonizadora. Assim, a chegada europeia nas terras de Pindorama⁵, representou também para os povos indígenas a primeira experiência contenciosa sob a feição das disputas territoriais com a lógica civilizatória e genocida dos colonizadores.

Desigual e violenta, obrigou povos a destinarem, ao longo dos últimos cinco séculos, diversas gerações para as experiências conflituosas e de resistência em torno daquilo que por um lado era visto simplesmente como território, mas que chegava como territorialização colonizadora do espaço, do ser e do saber (QUIJANO, 2005; GROSFUGUEL, 2016) e desterritorialização originária muitas vezes veiculada pela escravidão ou extermínio (LUCIANO-BANIWA, 2006). Um processo que, na verdade, soterrou e sepultou dezenas de “Geografias”, que se desdobrou em consequências como a dizimação de povos, a escravização de indígenas, a expropriação dos territórios e o apagamento cultural violento de muitas das etnias que sobreviveram, cabendo especial destaque para o esquecimento e/ou subordinação de

⁵ Nome em tupi dado aos indígenas que habitavam antes da colonização as terras que atualmente são reconhecidas como o território brasileiro

certos territórios como um objetivo fundamental do colonialismo. Um novo idioma, novos nomes pessoais, novos costumes, a negação da identidade, a ideia de subalternização e também a de selvageria foram algumas das imposições do colonizador que testemunharam a opressão em todas as suas dimensões (FERNANDES, 2009).

Alicerçado numa infame aliança entre a crueldade e a ambição, fora veiculado de modo covarde e facilitado em decorrência de uma vil e farta desigualdade tecnológica para finalidades beligerantes que ainda mantém as “geografias” indígenas sob os escombros teóricos-empíricos que sustentam o espaço e seus entendimentos produzidos (RIBEIRO, 2006). Contudo, um olhar rápido e simples, nos permite verificar que além do racismo vigente, o extermínio não foi temporo-espacialmente igual para cada um dos povos, tampouco nos permite homogeneizar o Brasil no âmbito da América Latina. Ao passo em que alguns constituíram séculos de resistência e opressão, outros esmoreceram, assimilaram parcialmente ou optaram pelo isolamento como ato político e de sobrevivência.

As disputas territoriais são uma constante para os povos indígenas, sendo que os territórios dos colonizadores foram pavimentados não somente sobre uma hecatombe de sujeitos, cidades, aldeias ou povos inteiros, mas, conseqüentemente, sobre seus mais diversos “espaços de existência” que hoje buscam, dentre tantas opções acanhadas e frágeis, se aproximar de um significado nas fronteiras jurídicas das terras indígenas, para eles territórios. Isso decorre do fato de que territorialmente a condição colonial imposta não se baseou em uma proposta diplomática duradoura, tratou-se objetivamente de desenvolver um território em detrimento de outros e/ou outras formas. Embora as relações de poder não sejam novidade antes da colonização, a inserção de alguns atributos e a intensidade de outros culminou em uma prática violenta em muitos sentidos, mas inquestionavelmente territorial. O formato massivo da violência conduzida pelos europeus em virtude de território foi considerado inédito neste continente.

Não por vontade, mas por necessidade. O território, seja como retomada⁶ ou como resistência, evidencia que esses povos ainda vivem uma condição socioterritorial precária que muito tem a nos dizer

⁶ Entende-se por retomada aquelas ocupações de terra que são organizadas com a convicção de que se trata de tomar de volta uma terra originária de um invasor/colonizador. Como apresenta Santos (2019, p. 109) "muitos povos foram expulsos de seus territórios, uma das formas de provocar as ações do Estado para que efetive este direito é a retomada destes territórios, ou seja, ocupam aquele território que lhes foi expropriado e forçam o início ou a aceleração dos processos administrativos de reconhecimento e demarcação das terras reivindicadas". Complementar a isso, em entrevista, Marçal de Souza Tupã'i, explica: "As retomadas de terras continuaram, algumas áreas já foram regularizadas, outras estão em processo, mas o mais importante é a esperança de reconquistar as terras roubadas num passado recente e convertê-las novamente em Tekoha" (OLIVEIRA; KECK, 2021, p. 94). Entretanto é importante destacar que atualmente o termo retomada tem ganhado cada vez mais espaço com relação à identidade e à ancestralidade. Fala-se, portanto, em retomada de terras, retomada de território, retomada identitária ou retomada de ancestralidade. Para mais informações sobre, consultar BABAU (2019) e ANGATU (2021).

sobre a parte indígena daquilo que Fernandes (2009) e Sobreiro Filho (2016) entendem como feições estruturais da conflitualidade. Por sua vez, os indígenas construíram pontes com seus iguais e aliados muito além das florestas, bem como houve demanda da constituição de pensamentos mais próprios e capazes de resgatar inúmeros legados de reflexões que simplificamos sob a adjetivação decolonial. Suas múltiplas convergências espaciais⁷ são produtos complexos que devotam suas forças políticas na mudança do presente e do futuro, mas, ao mesmo tempo, de modo comprometido com a ancestralidade, uma “arqueologia” do território indígena.

Assim como as diversidades étnicas, cada povo é dotado de ancestralidades que se materializam nos territórios. Um exemplo pôde ser identificado em entrevista com um indígena xavante, que explicou os adornos corporais carregados em seu corpo são "uma extensão do território". Outro exemplo foi identificado na fala de uma indígena Munduruku, que pelo conhecimento que lhe foi repassado geracionalmente, compreende que a floresta representa a vida, mas também a eternização dos mortos na cosmovisão de seu povo.

Com variados procedimentos e intencionalidades para avançar rumo a constituição de novos territórios para seus povos, as diferentes etnias disputavam e se apropriaram dos espaços. No entanto, até mesmo nas disputas territoriais a presença indígena é invisibilizada, pois foram sujeitos que também guerrearam e conquistaram territórios no curso da história, embora não reconhecidos. Dentre os exemplos desse processo, estão as estratégias territoriais cunhadas pelos povos indígenas no atual Brasil que antecederam os processos de colonização, a exemplo dos Tupi, dos Tapuia, dos Tupinambá, dos Tikuna (GÓES, 2012), entre outros, dentre os quais muitos ainda não descobrimos as evidências. São árvores grandes e antigas, com muitos galhos e folhas, copas frondosas que se destacam no horizonte e estão bem enraizadas em seus biomas.

Enquanto os colonizadores com suas lógicas eurocêntricas tentaram padronizar os povos originários em um único termo, "índio", que representa de forma pejorativa e equivocada a selvageria, a inatividade e a irracionalidade, por outro lado, o termo "indígena", que é adotado posteriormente pelos povos originários do Brasil, traz em seu mais simples significado identificado em dicionários a ideia de que são pessoas nativas a um território (GONZAGA, 2022). Ainda se faz necessário reconhecer que esta terminologia não foi geograficamente desprestigiada ou ingênua, pois, uma vez que o espaço geográfico é indissociado ao ser, facilitou a legitimação da brutal territorialização colonizadora e desterritorialização indígena. Nesse sentido, sejam da mesma etnia ou não, o termo "parente" utilizado entre indígenas

⁷ Ver sobre em Sobreiro Filho (2016) e Routledge (2003)

representa a luta em comum pela sobrevivência (LUCIANO-BANIWA, 2006)⁸, por seus territórios e semelhantes, por direitos originários. Foi a similitude na violência sofrida que fez com que, mesmo diferentes, ao longo dos séculos esses sujeitos se reconhecerem enquanto tal. Além da violência leal à colonialidade que buscava unificar os territórios com esta mesma pobreza colonial, os territórios oprimidos também são “parentes”. São *entes* que experienciaram a brutalidade e a crueldade inventada de modo desproporcional e sob razão colonial, ou seja, há uma peculiaridade onde parte da crueldade tinha simplesmente finalidades e justificativas territoriais.

O medo, assim como a esperança; entre os "parentes" a semelhança está também em suas diferenças, desde as cosmovisões que variam de povo para povo, tangenciando intrinsecamente as formas de se produzir o territórios e entender enquanto natureza. Essa é a diversidade que não é aceita pelo modo capitalista de produzir e pelas colonialidades. Os discursos de ódio e o genocídio constante foram construídos ao longo da história e da racionalidade espaço-temporal brasileira. O que seria a tutela indígena se não uma forma de enfatizar e educar o "povo brasileiro" de que os modos de vida indígenas não eram adequados e nem civilizados ou merecedores e capazes?! Esse contexto fez parte da construção de uma condição socioterritorial singular e precarizada para os povos indígenas no Brasil, que trouxe consigo disputas territoriais amparadas pelo etnoracismo, eurocentrismo, xenofobia e estereotipação dos corpos indígenas.

A consequência desta distribuição desigual do processo colonizador-violento de desterritorialização dos povos foi a constituição de múltiplas inteligências coletivas territoriais que se intercambiaram como parte de um processo histórico de luta e resistência constituídas ao longo de séculos, embora expressivamente mais organizada nos últimos tempos (SOBREIRO FILHO, 2016). Embora seja farto o desinteresse em reconhecer os méritos indígenas, não há como renegar o legado territorial de experiências de luta dos Cariris Confederados, dos Trinta Povos Guarani, da Guerra dos Tamoios, dentre muitas outras, que, embora tenham sido cruelmente esmagadas e desflorestadas serviram como referência histórica de movimentos que também devem ser temporalmente analisados. Ademais, os saberes indígenas ainda comparecem e compareceram com seus descendentes deixando heranças

⁸"De pejorativo passou a uma marca identitária capaz de unir povos historicamente distintos e rivais na luta por direitos e interesses comuns. É neste sentido que hoje todos os índios se tratam como parentes. O termo parente não significa que todos os índios sejam iguais e nem semelhantes. Significa apenas que compartilham de alguns interesses comuns, como os direitos coletivos, a história de colonização e a luta pela autonomia sociocultural de seus povos diante da sociedade global"(LUCIANO-BANIWA, 2006, p. 31).

enraizadas em outras revoltas em biomas do norte, nordeste, sul etc. Mas a dúvida que nos resta é como as sociedades contemporâneas ainda são capazes de conviver com o extermínio indígena.

Ainda não há um consenso se o termo filosofia seria, ao menos que parcialmente adequado, para tratar das cosmovisões indígenas. Todavia, o adotaremos como ponto de partida neste momento. Se a consciência dos nativos é originária, nossa reflexão deve partir dos questionamentos sobre o que há de geográfico na filosofia indígena ou apenas da nossa identificação de onde há filosofia indígena na Geografia? Se as primeiras estratégias territoriais foram traçadas pelos diferentes povos indígenas, a ciência geográfica, tal como o colonizador, invisibilizou o saber originário.

O conhecimento sobre a botânica, as medicinas das florestas, o clima e o tempo, a gastronomia, e até a astronomia e a leitura do céu como forma de se localizar foram apropriados pela lógica colonizadora, assim como apresenta Gambini (2000):

[...] a consciência europeia aplicou o melhor de sua razão para lidar com o desconhecido, isto é, lançou mão de nomes e linhas, pois a realidade recém-descoberta só existia para o conquistador na medida em que se pudesse ser chamada de alguma coisa e localizada com alguma precisão num mapa geral do mundo. (GAMBINI, 2000, p. 43)

Assim, o espaço e o território são, inerentemente, a motivação, o meio e o trunfo da luta dos movimentos socioterritoriais indígenas. Tomando como análise a contemporaneidade, é notável que a década de 1970 representou um marco da luta territorial organizada dos povos indígenas no Brasil, insurgindo emergencialmente em consonância com a violência extrema da ditadura militar, sendo esses alguns dos sujeitos mais torturados durante o período político, assim como apontam os indícios do Relatório Figueiredo (BRIGHENTI; HECK, 2021).

A razão das árvores diante dos machados com cabos de madeira⁹: a luta dos movimentos socioterritoriais indígenas

Indígenas de diferentes etnias, na década de 1970, se reuniram em assembleia de escala nacional para debater suas pautas reivindicativas em comum e as estratégias de sobrevivência. Esta é considerada a primeira ação coletiva organizada do que veio a ser conhecida como a União das Nações Indígenas, e

⁹ Inspirado no provérbio árabe “*A árvore, quando está sendo cortada, observa com tristeza que o cabo do machado é de madeira*”.

posteriormente, Movimento Indígena brasileiro, sendo algumas lideranças das mobilizações iniciais muito reconhecidas no debate atual, como Ailton Krenak, Álvaro Tukano, Carlos Taukane, Eliane Potiguara e Moura Tukano (MUNDURUKU, 2022).

No que se refere ao Movimento Indígena brasileiro, podemos destacar que a partir da constituição de 1988 se expressou um novo contexto de conquistas, dentre elas estão o fim do regime tutelar, o reconhecimento dos territórios originários, assim como da pessoa indígena enquanto sujeitos de direitos (CUNHA, 2012). Desde então, o movimento passou a ganhar forças em diferentes escalas, com mobilizações locais, nacionais e internacionais. Um exemplo a ser evidenciado é o Acampamento Terra Livre (ATL), com sua primeira edição realizada em 2005, quando também fundou a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), nos quais ambos são organizações propositivas amplamente reconhecidas pela luta por políticas indigenistas no país (BRIGHENTI; HECK, 2021).

As pautas das luta indígenas são amplas e diversas, sendo esses os sujeitos mais violentados no curso da disputa territorial brasileira não somente pela razão genocida e ainda desinteressada, mas pelo fato do conflito se manifestar em relações que caracterizam parcelas relevantes da vida: educação; justiça; oportunidade; igualdade etc. Também, por esse motivo, a organização dos povos indígenas é intrínseca à luta pelo território, sendo este não somente um sinônimo, mas a condição para produção e reprodução dos modos de vida originários e/ou contemporâneos e futuros, que em perspectiva multiescalar e multidimensional, são expressos desde o espaço apropriado por um povo até a existência de seus corpos.

A tinta do jenipapo e do urucum, os adornos corporais feitos de pena, tucumã e outras sementes, os instrumentos utilizados em rituais, os grafismos, o idioma, o nome próprio de cada um. Tudo isso é uma extensão dos territórios que o corpo indígena carrega materialmente e imaterialmente. Atributos e elementos que povoam também as diferentes formas de políticas contenciosas (Figura 1) de acordo com a sua respectiva reincidência e importância. E para além disso, existem as sabedorias geracionalmente repassadas por séculos, territórios que carregam consigo suas ancestralidades, conhecimentos das florestas que se pautam em estratégias de sobrevivência que são aprendidas e ensinadas.

Figura 1 - Brasil - Formas de ações por incidência - 2020-2021



Fonte: Elaborado pelos autores.

É nesse sentido que se efetiva uma lógica-racionalidade espaço-temporal, pautada na materialidade e na imaterialidade, uma construção coletiva à partir da qual se opera a racionalidade e a ação humana são indissociáveis com o espaço-tempo (SOBREIRO FILHO, 2016), e dos territórios. Elas, que são entendidas como modelos lógicos em movimento tomados como referências para a racionalização e operacionalização das ações e espaço-tempo, traduzem a potência da leitura dos povos indígenas, uma vez que combinam uma ampla gama de formas de ações (Figura 1). A partir da lógica-racionalidade espaço-temporal¹⁰ (SOBREIRO FILHO, 2016) é possível fazer uma ampla análise dos indígenas organizados em movimentos socioterritoriais (Figura 3), dos espaços (Figura 2) desde suas potencialidades (por exemplo, a leitura da presença das instituições em cidades médias, grandes, capitais e/ou de prestação de serviços) e as suas pautas reivindicatórias comuns. Isso porque é preciso considerar a diversidade de povos em seus diferentes contextos, sob perspectiva multidimensional (ou seja, ambiental,

¹⁰ “A existência do ser social pressupõe diretamente a existência de uma lógica-racionalidade espaço-temporal que mescla individualidade e coletividade. Não obstante, os movimentos socioespaciais também são formados, criam, reproduzem ou alteram e/ou enfrentam racionalidades hegemônicas ou crescentes. Além de existirem diferentes exemplos de formas de enfrentamento (marchas, ocupações, etc.) estas expressam também as táticas, estratégias, ideologias, temas, projetos, etc dos movimentos socioespaciais, tão logo a sua lógica-racionalidade espaço-temporal” (SOBREIRO FILHO, 2017, p. 106).

cultural, econômica, social e política), na qual dentre as particularidades podemos destacar a similitude da luta pela defesa da natureza e reconhecimento das ancestralidades.

Figura 2 - Brasil - Unidades Federativas e Municípios com maior recorrência de ações coletivas dos povos indígenas - 2020-2021



Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao tratarmos das reivindicações dos povos indígenas organizados em movimento, nossa leitura compreende o território como um espaço de práxis autonômicas e decoloniais; como sinônimo de segurança coletiva e ambiental (socioambiental), de existência e resistência originária (GONZAGA, 2022; BÁRCENAS, 2008; SANTOS, 2020). A política contenciosa das florestas tem sido formada pela combinação dialética de uma ampla complexidade de modelos lógicos que se entrecruzam, solidarizam e, dentre outras, que se diferenciam (SOBREIRO FILHO; COSTA, 2022). São elaborações que refletem não somente a ancestralidade das ofensivas e resistências, mas um saber coletivamente produzido pelas muitas organizações políticas e formas de apropriações das escalas das florestas em prol do passado, presente e devir dos territórios. Suas ações, sedimentadas na indissociabilidade, tratam-se de objetivas manifestações da qualidade do conflito sob diferentes formas espaço-temporais, uma imprescindibilidade que contraditoriamente caminha e se apresenta de mãos dadas com um mundo de subjetividades sitiadas pela colonialidade. Uma penalidade se traduz de modo desigual sob os sujeitos, mas cuja natureza

violenta remete-se desde os elementos mais simples, como a pobreza do lastro para estabelecimento de juízo acerca do que é diversidade, até os mais complexos.

A riqueza de sujeitos também evidencia mais do que uma séria, problemática e desigual concentração de povos lutando por pautas e através de métodos comuns mais em uma região específica do mundo do que em outras. Ela desnuda ciências e métodos que sequer poderiam ser considerados debutantes para explicá-los, pois, muitas vezes, são povoados pela profunda timidez da escala ocidental européia que habita o termo diversidade diante da política diversa indígena. Isso significa dizer que, em uma academia mais desinteressada do que o contrário, somos capazes de entender a existência da política dos povos das florestas, mas ainda carecemos do acúmulo geográfico, crítico e decolonial para a compreensão do comportamento socioespacial dos sujeitos.

Figura 3 - Brasil - Organizações e movimentos socioterritoriais por incidência - 2020-2021



Fonte: Elaborado pelos autores.

Mas seus saberes políticos ainda nos oportunizam afirmar que, independentemente do juízo, ela revela a existência de uma inteligência espaço-temporal formada, mas que não se furta aos movimentos de transformação, subversão e inovação em relação a conjuntura e situação. Tampouco, haveria uma noção de natureza que não busca ou pensa, sobretudo, em se organizar e resistir, pois trata-se de sujeitos cujas conflitualidades são indissociáveis à natureza, tal como a existência e modo de vida. De igual forma

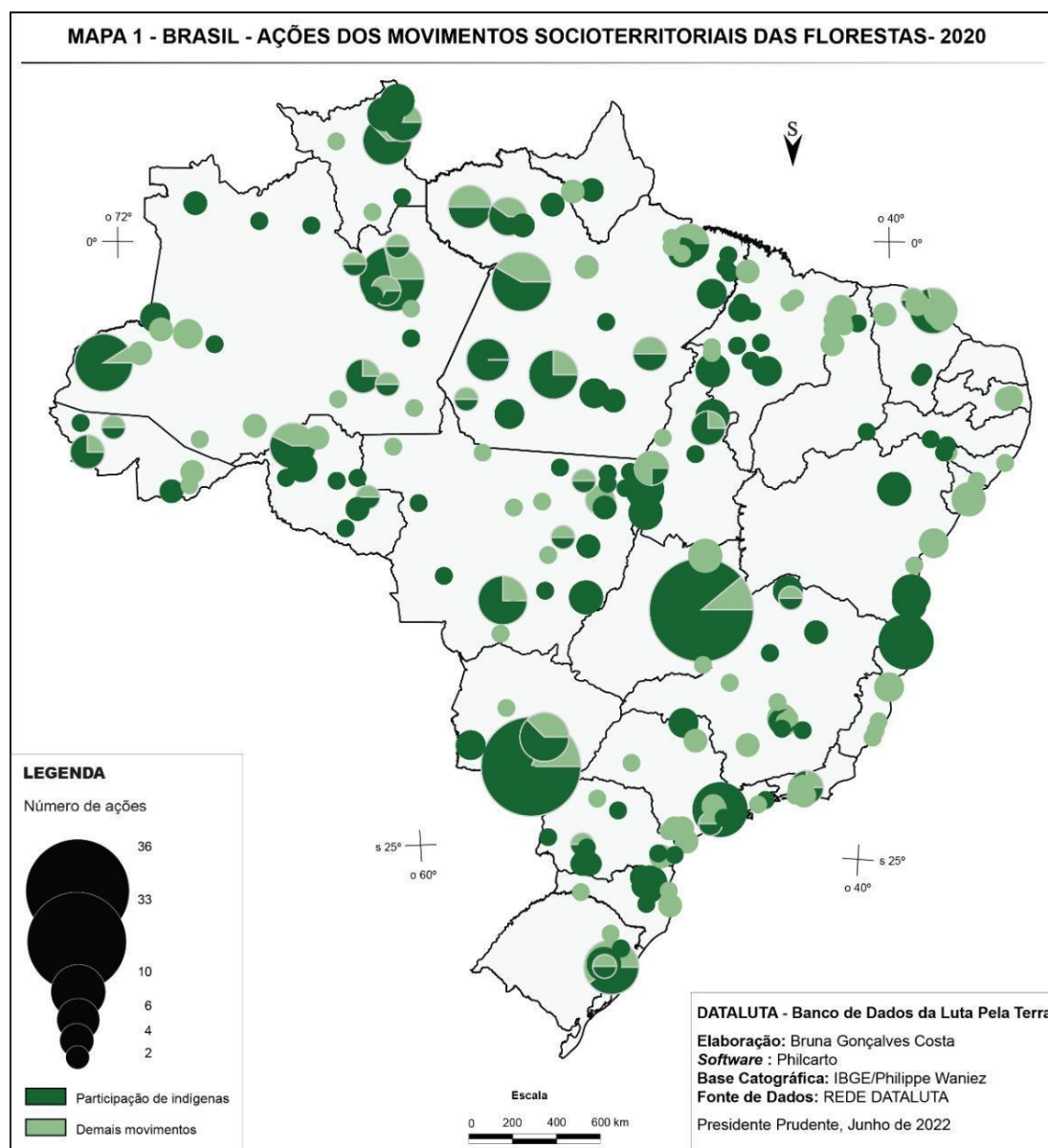
que a natureza, diante das adversidades, assimila e procura a continuidade, o mesmo se traduz na natureza da política contenciosa dos povos das florestas. Mas como a arqueologia da política contenciosa ainda não nos é oportuna, começaremos a decifrar a natureza da conflitualidade a partir do presente e remontar ao passado através de breves *insights*.

Primeiramente, é fundamental reconhecer que a disputa territorial originária dentro do processo de colonização do Brasil foi elaborada pelos povos indígenas com base em situações concretas que pavimentaram a formação territorial do Estado brasileiro em detrimento dos territórios nativos. Nota-se que para além das relações pré-coloniais, a colonialidade impõe para a maioria a necessidade permanente de resistir territorialmente, evidenciando uma multidão de agendas repletas de questões espaço-temporais. É indígena o pioneirismo da resistência territorial no continente e muito provavelmente uma das mais trágicas e longas e duras resistências territoriais da história da humanidade, em decorrência de sua trajetória secular, armada, devotada, pela profunda desigualdade, mais a resistência do que às ofensivas, eivada de subjugação e, para alguns povos, final através da aniquilação.

O território, assim como seus semelhantes ou categorias solidárias, são axiomas da realidade indígena, são práticos, tecnológicos, naturais, empíricos, filosóficos, espirituais, ancestrais, fixos e/ou fluxos, ensinam etc., embora a ciência e a política burguesa não sejam capazes de ir além de uma leitura servil monopolista ao Estado capturado. Povos e culturas foram aniquiladas lutando contra e por territórios e/ou semelhantes, uma evidência da relevância da análise geográfica que emana da consolidação de uma nação.

A agenda bolsonarista encerrada no Brasil, por exemplo, caracterizou-se como a mais anti-indigenista do país na contemporaneidade. Nossa contribuição a uma humilde interpretação desse universo se dá com foco nos anos de 2020 e 2021, onde no primeiro mapeamos 610 e 630 no segundo. Recordando o provérbio russo “ninguém esquenta uma casa com promessa de lenha” e a necessidade de compreender imediatamente o panorama das lutas dos povos da floresta diante de uma política facínora, tomamos como opção analisar as ações contenciosas desde uma perspectiva geográfica devotada ao tempo e ao espaço, uma vez que se caracterizam ou implicam na produção do espaço. Tomando o mapa 1 como referência, podemos dizer que elas se apresentaram em diferentes localidades do país, detendo expressiva concentração em capitais e cidades médias ou capitais regionais relevantes para alguma terra indígena demarcada ou em disputa, bem como com população urbana indígena.

Figura 4 - Brasil - Ações dos movimentos socioterritoriais das florestas - 2020



Fonte: Bruna Gonçalves Costa.

As ações foram sistematizadas e analisadas em dois níveis de relações espaço-temporais: Ação Matriz e Ação Derivada. A primeira tem como finalidade congrega os elementos que atribuem uma forma espaço-temporal comum a um conjunto de ações, é categórica e portanto não é perecível. Enquanto isso, o caráter imediato da ação se conecta diretamente com a materialidade dando-lhe sentido conceitual menos filosófico e mais empírico, sendo entendidas como ações derivadas ao nosso ver. Nota-se, por exemplo, que existe um grupo de ações contenciosas que se trata de grandes deslocamentos coletivos de

peessoas sobre um trajeto escolhido com base na relevância política. A esse grupo de ações, que podemos chamar deslocamentos coletivos, atribuímos o sentido de uma ação matriz, sendo que dentro dela congregam-se as marchas, caminhadas, carreatas e diferentes outras ações derivadas.

Destacamos que o nosso principal resultado é conseguir apresentar uma sistematização que possa dar os primeiros passos para uma reflexão sobre o comportamento espaço-temporal dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, bem como das demais formas de *contentious politics*. Embora ainda acanhada, trata-se de um resultado inovador por ser capaz de sistematizar e categorizar um conjunto de ações que traduzem a práxis da lógica de determinados sujeitos.

As ações estão congregadas em dez ações matrizes, sendo elas caracterizadas especialmente pela relação que detêm com o espaço-tempo e seus respectivos agentes, instituições etc. Fora à partir da análise e do debate que elaboramos algumas conceituações para essas respectivas ações matrizes:

- Ações de Interseccionalidade Institucional: Encontro entre o formal e o informal, previsto pelo próprio Estado. São espaços moldados por práticas diplomáticas e legitimidade recíproca de governança com a garantia da participação social
- Ações Paraestatais: Consiste em ações praticadas por movimentos socioterritoriais e outras instituições que buscam assegurar os direitos dispostos na Constituição Federal, Estadual, legislações etc., em contexto de racismo estrutural, ausência e incompetência na prática de deveres e obrigações do Estado
- Arrecadação de Recursos ou Execução de Serviços: Trata-se de ações comprometidas com o levantamento de recursos ou a realização de trabalhos, via-de-regra, para solucionar causas, demandas ou transformações baseadas em interesses comuns ou em solidariedade a um sujeito específico;
- Comunicativa: Práticas que tem por objetivo comunicar as pautas dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais indígenas, geralmente constituídas por mais de um movimento e/ou em parceria com outras instituições da sociedade. Podem conter cunho de denúncia, de solidariedade, de articulação e/ou convocatórias. Essas ações podem ocorrer de forma virtual ou presencial, como meio difusor das demandas, dos conflitos e da própria visibilidade dos movimentos.
- Deslocamento Coletivo: Tem por finalidade demonstrar as reivindicações, críticas e denúncias através do deslocamento em espaços públicos ou privados. Essa política

contenciosa tem a intencionalidade de passar e chegar em diversos lugares estratégicos. Esse fenômeno pode se conectar em diferentes escalas, que vão desde uma massa de manifestantes nas ruas até o envio de delegações nacionais, internacionais e multiétnicas.

- Encontro para mediação: São caracterizados por uma periodicidade curta e por um conjunto reduzido de participantes. Trata-se de um ato local ou entre lugares (online), mas cujo conteúdo e pautas possam ter resultados de agendas globais.
- Evento: Pressupõe agenda, apresenta características de temporalidades e reincidência. São realizados em espaços estratégicos, solidários, contraditórios e/ou simbólicos. Tem caráter quantitativo, podendo abarcar diferentes escalas, variando desde localidades específicas até a transescalaridade e/ou multiescalaridade.
- Ritual: Os rituais são as práticas de diferentes povos que recriam espaços da tradição desses sujeitos e produzem novos territórios aos auspícios do desconhecido. São constituídos pelas cosmovisões e cosmologias de cada etnia. Se caracterizam enquanto ações coletivas os rituais que dentre as diversidades representam a preparação ou a luta em uma guerra (política); aqueles que indicam o luto, ressaltando os ataques aos territórios e as diferentes formas de violência que resultam em mortes; e em contrapartida, os rituais de cura, que só existem com uma floresta de pé e que prezam pela vida e saúde de qualidade dos povos.
- Judicialização: Trata-se de uma ação jurídica que envolve processo, da qual os movimentos socioterritoriais/socioespaciais ou organizações usam-na como uma ferramenta contra as violações de direitos e/ou para reivindicarem ações contra atores que estejam causando danos a estes
- Ocupação: A ação política consiste na territorialização dos espaços, instalação, tomada e/ou retomada de posse de territórios como espaços públicos, privados, florestas etc., com o objetivo e finalidade de reivindicar direitos os quais são negados ou negligenciados aos sujeitos políticos, como também, contestar propriedades e retomá-los. Geralmente essas ações são interpretadas como “invasões” pelo senso comum. Podem ser feitas propostas e/ou negociações para a desocupação e/ou desterritorialização do espaço, como também, podem exigir e forçar a saída dos sujeitos do território de forma violenta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de um final, nossas considerações tangem reflexões sobre as potencialidades de uma outra possibilidade do fazer geográfico na academia. A luta dos povos indígenas é aqui entendida como uma batalha contra o etnoracismo colonial e a invisibilidade socialmente normalizada a que são submetidos, incluindo os epistemicídios. Envolve a subversão das relações de interesse que dominam a lógica hegemônica, no questionamento e enfrentamento da acumulação capitalista, dos mercados monopolistas e das imposições ocidentais em prol de direitos e valores socioambientais. No entanto, a compreensão da importância dessas lutas vai além de uma simples batalha das árvores. É necessário reconhecer a indissociabilidade das existências para compreendermos a antiga proposta dos povos originários de rompimento das dicotomias (ser humano-natureza) e reconhecer as cosmologias pautadas na relação natureza-natureza.

Para entender a política contenciosa dos povos das florestas, é importante superar a concepção dominante de território e reconhecer as ações e resistências que esses povos realizam, sendo este um possível caminho menos violento de compreender a complexidade das formações socioespaciais e socioterritoriais na Geografia. Assim, a análise do DATALUTA - Banco de Dados das Lutas por Espaço e Territórios, em conjunto com o reconhecimento da importância da decolonialidade dos povos indígenas e de suas filosofias, desempenhou um papel significativo em nossos esforços reflexivos, numa proposta de acompanhar a realidade das lutas em movimento.

AGRADECIMENTOS

Expressamos nossos sinceros agradecimentos à organização do evento II Colóquio de Geografias Fora do Eixo e Decolonialidade: Mingas Decoloniais, realizado na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e a todas as pessoas que participaram deste momento inspirador de troca de saberes e experiências. Queremos estender nosso reconhecimento e gratidão ao professor Estevan Bártoli, da Universidade Estadual do Amazonas (UEA), que desempenhou um papel fundamental como debatedor deste texto, com propostas e reflexões que potencializam o aprofundamento das ideias apresentadas inicialmente. Por fim, agradecemos principalmente aos movimentos socioterritoriais que nos ensinam e também à oportunidade de fazermos parte do coletivo de pensamentos que é o Geografias Fora do Eixo.

REFERÊNCIAS

- ANGATU, Casé. **Tupixuara Moingobé Ñerana**: autodeclaração indígena como retomada da indianidade e territórios. *Revista Espaço Acadêmico*. n. 231, 2021
- BABAU, Cacique. **Retomada**. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, n. 13, página 98-105, 2019.
- HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. Tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. 8.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Ed.UFBA, 2008
- FERNANDES, Bernardo M. **Sobre a tipologia de territórios**. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (orgs.). *Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. SP: Expressão popular, 2009, p. 197-216
- FERNANDES, Bernardo M. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista NERA*, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 14-34, jan-jun. 2005.
- GROSGOUEL, Ramón. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI**. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, jan-abr. 2016
- HECK, Egon Dionisio; BRIGHENTI, Clovis Antonio (org.). **O movimento indígena no Brasil**: da tutela ao protagonismo (1974-1988). 1. ed. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021. 266 p. ISBN 978-65-86342-26-2.
- LUCIANO-BANIWA, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. 1. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. 232 p.
- MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: QUIJANO, A. **Cuestiones y horizontes** : de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires : CLACSO, 2014.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.
- ROUTLEDGE, Paul. **Convergence Space**: Process Geographies of Grassroots Globalization Networks. *Transactions of the Institute of British Geographers*. Vol. 28, N.3, Sep, 2003, p. 333-349
- SOBREIRO FILHO, J. **Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e contentious politics**: produção do espaço, redes e lógica-racionalidade espaço-temporal

no Brasil e Argentina. 440 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2016.

SOBREIRO FILHO, J.; COSTA, Bruna Gonçalves. **As políticas contenciosas dos movimentos socioterritoriais na Amazônia Legal: Ensaio geográfico a partir do DATALUTA Floresta.** In: CASTRO et al. (org). *Geografias fora do eixo*. Londrina: Editora Liberdade/EDUEMA, 2022